 <p>ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small></p>	<p><i>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</i></p>	<p><i>Página 1</i></p>
		<p><i>Data: fev./2025</i></p>


ÁGUAS DE GAIA, EM, SA

*PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA O
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE CONTENTORIZAÇÃO DE RESÍDUOS*


PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. DESIGNAÇÃO DO CONCURSO E OBJETO	4
2. ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. JÚRI DO PROCEDIMENTO	5
5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	6
6. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO	6
7. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ERROS E OMISSÕES	7
8. RESPOSTA AOS ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO	7
9. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS.....	7
10. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE CONCORRENTES	8
11. PROPOSTAS VARIANTES	8
12. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	8
13. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	9
14. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	9
15. RETIRADA DA PROPOSTA	9
16. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	9
17. LISTA DOS CONCORRENTES, ABERTURA DAS PROPOSTAS E CONSULTA	10
18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
19. CRITÉRIO DE DESEMPATE	12
20. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES	12
21. RELATÓRIO PRELIMINAR.....	13
22. AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL.....	13
23. ADJUDICAÇÃO.....	13
24. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS DE TERCEIRAS ENTIDADES.....	14
25. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
26. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	15
27. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	15
28. CAUÇÃO	16
29. MINUTA DO CONTRATO E SUA APROVAÇÃO.....	16

 <p>ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small></p>	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p>	<p>Página 3</p>
		<p>Data: fev./2025</p>

30. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	16
31. CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO EXTERNO	16
32. ENCARGOS DO CONCORRENTE	16
33. FALSIDADE DOS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES	17
34. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
ANEXO I – JÚRI DO PROCEDIMENTO	18
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA	20
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO	24
ANEXO IV – MODELOS PARA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	26

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 4
		Data: fev./2025

1. DESIGNAÇÃO DO CONCURSO E OBJETO

1.1. Procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional para o **“Fornecimento de Equipamentos de Contentorização de Resíduos”**.

1.2. O presente procedimento terá como número de referência atribuído pela Entidade Adjudicante o n.º **2-B1/2025**

1.3. O procedimento em causa tem por objetivo a aquisição de contentorização para biorresíduos e fração resto no âmbito da implementação do Projeto de “Recolha Seletiva de Biorresíduos em Vila Nova de Gaia”, de acordo com as especificações técnicas discriminadas no Anexo I do Caderno de Encargos.

1.4 O procedimento de formação de contrato, cujo preço base total será de € 6.745.500,00 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos euros), seguirá a tramitação do concurso público com publicação internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º e, bem assim, nos termos do artigo 437.º, ambos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (doravante abreviadamente designado CCP), sucessivamente alterado.

1.5. Classificação CPV: Objeto Principal: 34928480-6-Contentores e baldes para lixo e resíduos, conforme previsto no Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1. A Entidade Adjudicante é a Águas de Gaia, EM, SA, tendo sido o seu Conselho de Administração que deliberou autorizar a realização da despesa e iniciar o presente Procedimento.

2.2. A Entidade Adjudicante tem sede na Rua 14 de outubro, 287, 4430-050 Vila Nova de Gaia, tendo os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

Telefone: (00351) 22 377 04 60


Fax: (00351) 22 379 63 69

Endereço de correio eletrónico: def.aprovisionamento@aguasgaia.pt

2.3. A Plataforma Eletrónica usada pela Águas de Gaia, EM, SA. é acedível através do endereço da Internet <http://www.acingov.pt>.

2.4. Todas comunicações de entre os interessados e concorrentes e a Entidade Adjudicante, deverão ser feitas através da Plataforma Eletrónica, conforme preceituado no artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos.

2.5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a apresentação das Propostas, as respostas aos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos concorrentes, as eventuais retificações e resposta a listas de erros e omissões e as respostas a pedidos de esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante deverão ser feitos através da Plataforma Eletrónica.

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 5
		Data: fev./2025

3. ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR E JÚRI DO PROCEDIMENTO

3.1. O órgão competente para a decisão de contratar é o Conselho de Administração das Águas de Gaia, EM, SA.

3.2 O procedimento é conduzido por um Júri, composto de acordo com o Anexo I do presente Programa de Procedimento.

3.3. Ao Júri do Procedimento compete praticar, nomeadamente, os seguintes atos: esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso; abertura das propostas; avaliação das propostas; pedido de esclarecimentos aos Concorrentes; realização da audiência prévia dos interessados; elaboração dos respetivos relatórios preliminar e final; bem como propor a exclusão das propostas apresentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos.

3.4. No exercício das suas funções, o Júri poderá ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas, em relação a quaisquer assuntos que possam relevar no âmbito do presente procedimento, não tendo tais pessoas ou entidades direito a voto.

3.5. Antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do Código dos Contratos Públicos.

4. PREÇO BASE

4.1. Para efeitos do presente procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos, considera-se como **preço base total** a quantia de € **6.745.500,00 € (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos euros)**, correspondente à soma dos seguintes preços base:


- **Lote 1: Preço Base: € 5.410.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e dez mil euros)**, dos quais:

a) **Preço Base: € 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil euros)** relativo ao “Fornecimento de abrigos e contentores de 240 e 360 litros” e

b) **Preço Base Global: € 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros)** relativo ao “Envio das comunicações de dados e acesso a plataforma via API”, a que corresponde um **Preço Base Unitário** de € **5,00 (cinco euros)/mês/contentor**, conforme Anexo III do Caderno de Encargos;

- **Lote 2: Preço Base: € 735.500,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos euros)** relativo ao “Fornecimento de contentores de 120 litros, contentores de 30 a 40 litros (inclusive) e contentores de 7 litros”;

- **Lote 3: Preço Base Global: € 600.000,00 (seiscentos mil euros)** relativo ao “Fornecimento de contentores de 2800 a 3000 litros (inclusive)”, a que corresponde um **Preço Base Unitário** de € **1.600,00 (mil e seiscentos euros)**, conforme Anexo III do Caderno de Encargos.

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 6
		Data: fev./2025

4.2. Aos montantes referidos acresce IVA à taxa legal em vigor, se devido, sendo estes os montantes máximos que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Os contratos a celebrar entram em vigor no dia seguinte ao da sua outorga de acordo com os seguintes prazos:

- **Lote 1** – 31 de dezembro de 2030;
- **Lote 2**– 31 de dezembro de 2027;
- **Lote 3**– 31 de dezembro de 2027.

5.2. O disposto no número anterior não prejudica todas as obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato,

5.3. Os contentores deverão ser entregues no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias após o pedido da Águas de Gaia, EM, SA** e respeitando a programação estipulada no Anexo II do Caderno de Encargos.

5.4. Sem prejuízo do prazo previsto anteriormente e independentemente da possibilidade de resolução e/ou aplicação de sanções pela mora, o contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens objeto do contrato em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.


5.5. Relativamente ao **Lote 3**, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores o contrato cessará a sua vigência quando forem faturados bens em valor correspondente ao preço base global estabelecido na cláusula 16.ª do presente Caderno de Encargos ou quando existir um excedente de valor que não permita proceder à realização de qualquer fornecimento, em virtude de ser inferior aos preços unitários propostos.

5.6. Os contratos entram em vigor e produzem efeitos após o cumprimento das normas relativas à Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, sendo que os encargos e despesas resultantes dos emolumentos pelo visto do Tribunal de Contas, correm por conta do adjudicatário.

6. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO

6.1. As peças procedimentais serão disponibilizadas, através da Plataforma Eletrónica, no dia da publicação do anúncio em Diário da República.

6.2. Complementarmente, também se encontra um exemplar completo das peças procedimentais para consulta, na Secção de Aprovisionamento da Entidade Adjudicante, a qual poderá ser feita durante o normal horário de funcionamento, que se compreende entre as 9:00 e as 16:00 (de 2.ª a 6.ª feira), até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 7
		Data: fev./2025

6.3. Desde que devidamente inscrito na Plataforma Eletrónica, qualquer interessado poderá aceder às Peças do Procedimento em suporte informático adequado, devendo para tal solicitar o acesso às mesmas através da Plataforma Eletrónica.

6.4. A Entidade Adjudicante fará um registo de todos os interessados que solicitarem cópias das peças procedimentais.

7. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ERROS E OMISSÕES

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados ao Júri do Procedimento até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da Plataforma Eletrónica, bem como, dentro do mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8. RESPOSTA AOS ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO

8.1. As respostas proferidas pelo Júri do Procedimento aos pedidos de esclarecimentos e pronúncia quanto às listas de erros e omissões efetuada pelo órgão competente para a decisão de contratar ao abrigo do ponto anterior serão feitos por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da Plataforma Eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

8.2. Os esclarecimentos e as retificações de erros e omissões serão juntos às peças de procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante da respetiva peça do procedimento.


8.3. Todos os interessados que tiverem adquirido as peças de procedimento serão notificados dessa disponibilização.

9. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

9.1. Consideram-se como erros e omissões das peças de procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

9.2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, os interessados deverão apresentar uma

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 8
		Data: fev./2025

lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões que tenham detetado, e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

9.3. *O Órgão Competente para a Decisão de Contratar deverá pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos aqueles que não sejam expressamente aceites, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.*

10. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE CONCORRENTES

10.1. *Ao concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, ainda que entre elas não exista qualquer modalidade jurídica de associação.*

10.2. *A constituição jurídica dos Agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a Entidade Adjudicante, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da sua proposta.*

10.3. *Qualquer alteração ao Consórcio deverá ser precedida de autorização a ser concedida pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar.*

10.4. *No caso de a adjudicação do procedimento ser feita a um Agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.*

11. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação, pelos Concorrentes, de propostas variantes.

12. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

12.1. *A proposta será constituída pelos seguintes documentos, **para cada um dos lotes**:*

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>.*
- b) Documentos relativos aos atributos da proposta submetidos à concorrência:*
 - b1) Formulário da proposta com indicação do preço contratual para o Lote respetivo, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente Programa do Procedimento, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;*
 - b2) Lista dos preços unitários, de acordo com o Anexo III do Caderno de Encargos;*
- c) Documentos relativos aos atributos da proposta não submetidos à concorrência:*
 - c1) Catálogos com as características técnicas do material que se propõe fornecer;*
 - c2) Certificado CE do Sistema de Controle de Acesso;*

c3) Documento comprovativo da entrega de amostra do(s) equipamento(s) que se propõe fornecer, entregue no Armazém da Águas de Gaia, EM, SA, sito nos Armazéns da UTIC, no Largo da UTIC, 100, em Vila Nova de Gaia.

d) Cópia do registo comercial/certidão permanente ou código de acesso;

e) Quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

12.2. A não apresentação dos documentos previstos no número anterior determina a exclusão da proposta.

13. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

13.1. Os documentos que constituem as propostas serão remetidos através da Plataforma Eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do n.º 1 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.

13.2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

13.3. Relativamente aos documentos solicitados na subalínea c1), da alínea c), do ponto 12.1, são admitidos documentos redigidos nas seguintes línguas: português, inglês, espanhol e francês. Quando redigidos noutra língua, os documentos referidos deverão ser acompanhados de tradução para língua portuguesa, devidamente legalizada.

13.4. Deverá ser aposta assinatura digital qualificada em todos os documentos que forem submetidos na Plataforma Eletrónica, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

14. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo para apresentação das propostas é de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.

15. RETIRADA DA PROPOSTA

15.1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado que já tenha apresentado proposta poderá retirá-la, devendo comunicar tal facto à Entidade Adjudicante.

15.2. A retirada de uma proposta não impede que, até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, seja apresentada uma nova proposta.

16. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter a proposta por um prazo de 90 (noventa) dias contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

17. LISTA DOS CONCORRENTES, ABERTURA DAS PROPOSTAS E CONSULTA

17.1. No dia subsequente ao termo do prazo para a apresentação das Propostas, o Júri do Procedimento procederá à abertura das mesmas e à publicação da lista dos Concorrentes, que apresentaram proposta, através da Plataforma Eletrónica.

17.2. Até à notificação do Relatório Preliminar, será conferido o acesso às propostas apresentadas a todos os Concorrentes constantes da lista mencionada no número anterior.

17.3. Os interessados que, tendo apresentado proposta, não constem da lista de concorrentes mencionada no número 1, poderão, nos termos do n.º 3 do artigo 138.º do Código dos Contratos Públicos, apresentar a competente reclamação.

18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

18.1. Lote 1: Fornecimento de abrigos e contentores de 240 e 360 litros:

A adjudicação do presente lote será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos do número 1 da alínea a) do artigo 74.º do CCP, sendo para tal considerados os fatores e subfactores, bem como os coeficientes de ponderação.

18.1.1. A pontuação final das propostas (CF) será obtida através da seguinte fórmula, considerando os seguintes fatores do critério de adjudicação: 80% o Preço dos Abrigos (PA), 5% o Preço dos Contentores (PC), 5% o Preço das TAG RFID (PTR) e 10% o Preço das Comunicações Mensais (PCM):

$$CF = 80\% \times PA + 5\% \times PC + 5\% \times PTR + 10\% \times PCM$$

Em que:

CF - Classificação final

PA - Preço dos Abrigos


PC - Preço dos Contentores

PTR - Preço das TAG RFID

PCM - Preço das Comunicações Mensais

Procedendo-se à ordenação por ordem crescente de CF, ou seja, do mais baixo valor para o mais alto.

18.1.2. O fator Preço dos Abrigos PA será calculado da seguinte forma:

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 11
		Data: fev./2025

$$PA = PAi / 1.500,00$$

Em que:

PA – Preço dos Contentores

PAi – Preço unitário correspondente ao artigo 1.1

18.1.3. O fator Preço dos Contentores *PC* será calculado da seguinte forma:

$$PC = PCi / 50,00$$

Em que:

PC – Preço dos Contentores

PCi – Preço unitário correspondente ao artigo 1.2

18.1.4. O fator Preço das TAG RFID *PTR* será calculado da seguinte forma:

$$PTR = PTRi / 2,30$$

Em que:

PTR – Preço das TAG RFID

PTRi – Preço unitário correspondente ao artigo 1.3

18.1.5. O fator Preço das Comunicações Mensais *PCM* será calculado da seguinte forma:

$$PCM = PCMi / 5$$


Em que:

PCM – Preço das Comunicações Mensais

PCMi – Preço unitário correspondente ao artigo 1.4

18.2. Lote 2: Fornecimento de contentores de 120 litros, contentores de 30 a 40 litros (inclusive) e contentores de 7 litros:

A adjudicação do lote 2 será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 12
		Data: fev./2025

contrato a celebrar, designadamente o preço, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

18.4. Lote 3: Fornecimento de contentores de 2800 a 3000 litros (inclusive):

A adjudicação do presente lote será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o preço o único aspeto de execução do contrato avaliado, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta o seguinte:

- O mais baixo preço unitário do artigo I.1.

19. CRITÉRIO DE DESEMPATE

19.1. No caso de empate das propostas apresentadas, será efetuado um sorteio na presença dos elementos do Júri, assim como dos representantes das respetivas entidades.

19.2. Será marcada data e hora através de plataforma eletrónica, com um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

19.3. Do sorteio realizado, elaborar-se-á uma ata, que será notificada a todos os concorrentes.

19.4. Regras do sorteio: Será depositado em caixa opaca o nome das entidades e que será escolhida aleatoriamente por um dos representantes presentes. No caso da ausência de representação de alguma das entidades será esta automaticamente excluída do sorteio.

20. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES

20.1. Durante a fase de avaliação das propostas, o Júri do Procedimento pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para a análise e avaliação das mesmas.

20.2. Os esclarecimentos prestados ao abrigo do número anterior serão anexados às respetivas propostas, sendo dado conhecimento, de imediato, a todos os concorrentes do teor dos mesmos.

20.3 O Júri do Procedimento pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo a declarações dos anexos I e V ao Código dos Contratos Públicos;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

20.4 *O Júri do Procedimento procederá à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na proposta, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.*

21. RELATÓRIO PRELIMINAR

21.1. *Após a avaliação das propostas, o Júri do Procedimento elabora um relatório preliminar, fundamentado, sobre o mérito das propostas, classificando-as de acordo com o critério de adjudicação referido no ponto 18.*

21.2. *No relatório preliminar, o Júri do Procedimento poderá, fundamentadamente, propor a exclusão de qualquer proposta, nos termos e com os fundamentos dos n.º 2 e 3 artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.*

21.3 *Caso tenha sido apresentada apenas uma proposta, e nos termos do artigo 147.º do CCP, não há lugar à fase de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, e o Júri do Procedimento elabora o projeto de decisão de adjudicação e remete-o ao órgão competente para a decisão de contratar, podendo em qualquer caso convidar o concorrente a melhorar a sua proposta, nos termos do artigo 125.º do CCP.*

22. AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL


22.1. *Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri do Procedimento notifica os Concorrentes para se pronunciarem, por escrito e através da Plataforma Eletrónica, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.*

22.2. *Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior ou decorrido o referido prazo sem que os Concorrentes tenham apresentado qualquer pronúncia, o Júri pondera as eventuais observações formuladas e elabora um relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão do Órgão com Competência para a Decisão de Contratar.*

22.3. *No relatório final mencionado no número anterior, o Júri pode ainda propor a exclusão de qualquer proposta, com fundamento nos motivos elencados no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.*

23. ADJUDICAÇÃO

23.1. *Cumpridas as formalidades referidas nos pontos anteriores, a Entidade Adjudicante procede à adjudicação da proposta única ou daquela que ficou classificada em primeiro lugar, consoante o caso.*

 ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, S.A.</small>	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 14
		Data: fev./2025

23.2. A AGEM reserva-se o direito de não proceder à adjudicação dos Lote 1 e/ou do Lote 2 caso não esteja aprovado o financiamento submetido na candidatura ao Programa NORTE 2030-2024-27 | Código de operação NORTE2030-FEDER-01900700 - “Recolha Seletiva de Biorresíduos em Vila Nova de Gaia”.

24. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS DE TERCEIRAS ENTIDADES

24.1. A decisão de adjudicação é notificada, simultaneamente, a todos os concorrentes.

24.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notificará o Adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos a que se referem o ponto seguinte do presente Programa de Procedimento e o artigo 81.º do CCP;
- b) Prestar caução, no montante exigido no ponto 28. do presente Programa do Procedimento, conforme modelos constantes do anexo IV;
- c) Confirmar, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.

25. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

25.1. O Adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme o Anexo III ao presente Programa do Procedimento, que corresponde à declaração constante da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no artigo 55.º, n.º 1, alíneas b), d), e) e h) do CCP, designadamente:
 - Certificado do Registo Criminal de pessoa singular, no caso de o adjudicatário ser pessoa singular, com indicação do fim a que se destina – Contratação Pública, conforme o disposto na alínea h) do artigo 55º, conjugado com o n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
 - Certificado do Registo Criminal de pessoa coletiva, no caso de o adjudicatário ser pessoa coletiva, com indicação do fim a que se destina – Contratação Pública, conforme o disposto na alínea h) do artigo 55.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
 - Certificados do Registo Criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, no caso de o adjudicatário ser uma pessoa coletiva, com

indicação do fim a que se destina - Contratação Pública, conforme o disposto na alínea h) do artigo 55.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;

- Declaração do Instituto de Segurança Social, I.P., comprovativa da sua situação contributiva regularizada.

- Certidão do Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos - DGCI, comprovativa situação tributária regularizada.

c) Código do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), conforme Lei 89/2017 de 21/8 e demais alterações.

25.2. *A apresentação dos documentos previstos na alínea b) é dispensada caso o Adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.*

25.3. *O Adjudicatário deve ainda apresentar documentos comprovativos da confirmação de compromissos assumidos por entidades terceiras, relativos a atributos ou a termos ou a condições da proposta adjudicada, quando aplicável.*

26. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

26.1. *Os documentos de habilitação deverão ser submetidos através da Plataforma Eletrónica.*

26.2. *Quando pela sua origem ou natureza, os documentos de habilitação forem redigidos noutra língua que não a língua portuguesa, o Adjudicatário deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada para português.*

26.3. *Deverá ser aposta assinatura digital qualificada em todos os documentos que forem submetidos na Plataforma Eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.*

27. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

27.1. *O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário é de 10 (dez) dias.*

27.2. *O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP.*

27.3. *Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o prazo a conceder pela Entidade Adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação é de 5 (cinco) dias.*

28. CAUÇÃO

28.1. O Adjudicatário deverá prestar caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, devendo ainda comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.

28.2. A caução deve ser prestada em conformidade com um dos modelos constantes do Anexo IV ao presente Programa de Procedimento e no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da notificação da adjudicação.

28.3. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 71.º, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é, no máximo, de 10 /prct. do preço contratual.

29. MINUTA DO CONTRATO E SUA APROVAÇÃO

29.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, com a decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante aprova a minuta do contrato a celebrar.

29.2. Conjuntamente com a notificação da decisão de adjudicação enviada ao Adjudicatário é remetida a minuta do contrato a celebrar, para pronúncia sobre a mesma.

30. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Após o cumprimento pelo adjudicatário de todas as formalidades previstas no ponto 24 do presente Programa de Procedimento e após aceitação da minuta do contrato a celebrar, a Entidade Adjudicante notifica-o do prazo para a outorga e remessa do contrato, conforme previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP.


31. CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO EXTERNO

No caso de o Adjudicatário ser um Agrupamento ou Consórcio, este deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar ainda documentos comprovativos da associação dos membros do Agrupamento na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

32. ENCARGOS DO CONCORRENTE

32.1. São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, bem como as relacionadas com a celebração do contrato.

32.2. São ainda encargos do Concorrente as despesas inerentes à prestação da caução.

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 17
		Data: fev./2025

33. FALSIDADE DOS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

A falsidade de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

34. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente Convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, sucessivamente alterado, e demais legislação aplicável.




ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Página 18

Data: fev./2025

ANEXO I – JÚRI DO PROCEDIMENTO

 <p>ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small></p>	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p>	<p>Página 19</p>
		<p>Data: fev./2025</p>

O Júri do Procedimento é constituído pelos seguintes elementos:

- *Presidente: Eng.º Fernando Ferreira*
- *1.º Vogal: Dra. Cristina Chaves*
- *2.º Vogal: Eng.ª Maria José Gonçalves*
- *1.º Suplente: Eng.ª Mariana Moreira*
- *2.º Suplente: Eng.º Silverio Santos*




ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Página 20

Data: fev./2025

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 21
		Data: fev./2025

MODELO DE PROPOSTA - LOTE 1

(a que se refere a alínea b1) do ponto 12.1)

(Identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade ou do agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso Público com publicidade internacional “.....”, a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas nos termos seguintes:


LOTE 1	Unidade	Qtd	P base/un	Preço unitário	Preço Total/Global
Fornecimento de abrigos para contentores de 240 e 360 litros (inclusive):	UN	2912	N/A	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentores de 240 litros (inclusive):	UN	2544	N/A	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentores de 360 litros (inclusive):	UN	368	N/A	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de Identificadores eletrónicos TAG RFID tipo porta-chaves	UN	103844	N/A	A Preencher	A Preencher
Envio das comunicações de dados e acesso a plataforma via API / Contentor / Mês	UN	1,00	€ 5,00	A Preencher	€ 572.400,00
Preço Total da Proposta				Preencher (Soma preços unitários)	A Preencher (Soma preços totais)

Aos preços referidos acresce IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Local e data

Assinatura ¹

¹ nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

 ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, S.A.</small>	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 22
		Data: fev./2025

MODELO DE PROPOSTA - LOTE 2

(a que se refere a alínea b1) do ponto 12.1)

(Identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade ou do agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso Público com publicidade internacional “.....”, a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas nos termos seguintes:


LOTE 2	Unidade	Qtd	Preço Unitário	Preço Total/Global
Fornecimento de contentor de 120 litros com identificador eletrónico (TAG RFID), biorresíduos	UN	1280	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentor de 120 litros com identificador eletrónico (TAG RFID), fração resto	UN	1280	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentor de 30 a 40 litros (inclusive) com identificador eletrónico (TAG RFID), biorresíduos	UN	9700	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentor de 30 a 40 litros (inclusive) com identificador eletrónico (TAG RFID), fração resto	UN	9700	A Preencher	A Preencher
Fornecimento de contentor de 7 litros	UN	100387	A Preencher	A Preencher
Preço Total da Proposta			A Preencher (Soma preços unitários)	A Preencher (Soma preços totais)

Aos preços referidos acresce IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Local e data

Assinatura ²

² nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

 ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small>	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 23
		Data: fev./2025

MODELO DE PROPOSTA - LOTE 3
(a que se refere a alínea b1) do ponto 12.1)

(Identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) da (identificação da sociedade ou do agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso Público “.....”, a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas pelo preço global de €600.000,00 (seiscentos mil euros), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado, e de acordo com os preços base unitários propostos seguintes:

Lote 3	Unidade	Qtd	P base/un	Preço unitário proposta
Fornecimento de contentores de 2800 a 3000 litros (inclusive):	UN	1,00	€1.600,00	A Preencher

Local e data

Assinatura ³

³ nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP




ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Página 24

Data: fev./2025

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

 ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, S.A.</small>	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 25
		Data: fev./2025

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do ponto 25.1)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁴ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁵ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁶] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁷ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁸].

⁴ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁵ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁶ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁸ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º




ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Página 26

Data: fev./2025

ANEXO IV – MODELOS PARA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

 <p>ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small></p>	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p>	<p>Página 27</p>
		<p>Data: fev./2025</p>

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(a que se refere o ponto 28.2)

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco, à ordem, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros €.....

Vai (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em (morada), depositar na (sede, filial, agência ou delegação) do Banco a quantia de €..... (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida nos termos do ponto 28.2. do Programa do Procedimento para o procedimento de Concurso Público com publicidade internacional para a “.....”, promovido pela Águas de Gaia, EM, SA.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Águas de Gaia, EM, SA, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

(a que se refere o ponto 28.2.)


À Águas de Gaia, EM, SA

O (Banco), com sede em (morada), com o capital social de (capital social), pessoa coletiva número (número de identificação de pessoa coletiva), representado por (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), vem prestar, por conta e a pedido de (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em (morada), como adjudicatário do procedimento por Concurso Público com publicidade internacional para “.....”, promovido pela Águas de Gaia, EM, SA, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de Águas de Gaia, EM, SA, até ao valor de € (por extenso) correspondente à caução prevista no ponto 28.2. do Programa do Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à Águas de Gaia, EM, SA, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, através de declaração assinada pelo legal representante da Águas de Gaia, EM, SA com a indicação dos fundamentos para a execução da presente garantia bancária, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.


Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € (por extenso), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

 <p>ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small></p>	<p><i>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</i></p>	<p><i>Página 29</i></p>
		<p><i>Data: fev./2025</i></p>

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

 ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	Página 30
		Data: fev./2025

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

(a que se refere o ponto 28.2.)

A (companhia de seguros), com sede em (morada) presta a favor da Águas de Gaia, EM, SA, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de € (por extenso euros) correspondente à caução prevista no ponto 28.2 do Programa do Procedimento para o procedimento por Concurso Público com publicidade internacional destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede (morada), assumirá no contrato que com ele a Águas de Gaia, EM, SA, vai celebrar e que tem por objeto o concurso público internacional para a “.....”, e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas de Gaia, EM, SA, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas de Gaia, EM, SA, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]